

## COMO MUDAR O PANORAMA DA CULTURA DE CORRUPÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO?

Ana Livia de Lima França (1); Johnnyf Wesley da Silva Bezerra (2); Emmanoel de Almeida Rufino [Orientador] (3).

*(Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa, ana.livia@academico.ifpb.edu.br; johnnyfsilva@outlook.com; emmanoel.rufino@ifpb.edu.br).*

### Introdução

Em tempos de crise econômica e inúmeros escândalos relacionados ao mundo político, tornou-se comum, para os cidadãos e cidadãs que vivem no Brasil, ouvirem e refletirem sobre a palavra “corrupção”. A palavra é muito citada nos noticiários televisivos e nos jornais, no geral, quando se trata de escândalos envolvendo deputados, senadores e outros estadistas, dos que ocupam os mais baixos até os mais altos cargos. Um dos questionamentos mais presentes e inquietantes entre as pessoas, além de como surge, é como fazer para haver, de fato, uma melhoria nesse panorama a qual estamos habituados? Fomentados por tal inquietação, organizamos o presente estudo querendo pensar como se faz possível mudar o panorama da cultura de corrupção no Brasil, através da educação?

Objetivando, pois, compreender a possibilidade supracitada, construiremos nossa investigação orientados pela hipótese de que a educação é um mecanismo privilegiado de transformação social, por ser ela uma instância fundante da (a)cultura(ção), da hominização, seja quais forem seus processos, o tempo e o espaço em que venha a se realizar. À luz desses pressupostos, orientamos nossa busca pela resolução da referida problemática organizando este estudo a partir de duas etapas específicas: primeiramente, apresentaremos algumas das muitas razões que cimentam a forte cultura de corrupção da sociedade brasileira; desse modo, procederemos à etapa seguinte de nossa análise, quando tentaremos mostrar caminhos possíveis de revertermos esse quadro cultural a partir da educação.

As pessoas, em geral, por estarem acostumadas com o meio em que vivem, não têm ciência que práticas comuns e cotidianas podem contribuir para o aumento da dimensão da cultura de corrupção, portanto, há uma necessidade de estudo e debate sobre o tema, a fim de propagar o conhecimento através da reflexão sobre algo que afeta os indivíduos diretamente e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Visto que a edificação da cidadania torna-se possível através de uma educação honesta, sociedades menos desiguais, são, conseqüentemente, menos corruptas. A nível nacional, a corrupção trata-se de algo que não ocorre de forma isolada, e, apesar de existirem estudos acadêmicos sobre as causas e conseqüências desse fenômeno, ainda é visível a existência de certa incipiência de grande parte da população. Segundo dados do ano de 2013 da ONU (Organização das Nações Unidas), o dinheiro decorrente de práticas corruptas – relacionadas a desvios, roubos e propinas –, a nível mundial, é suficiente para alimentar oitenta vezes a população faminta, portanto, tratando a educação como algo que possui relação direta com a construção e a desconstrução da cultura de corrupção, é visível que a falta de investimento nesse direito humano básico torna mais difícil para as nações atingirem o desenvolvimento e as sociedades tornarem-se justas e democráticas.

## **Metodologia**

A tipologia do presente trabalho tem caráter estritamente teórico, sendo articulado, portanto, a partir de pesquisas bibliográficas. Em virtude das estratégias metodológicas que aqui adotamos, a fim de realizarmos aquilo que anunciamos na primeira etapa de nossa análise, a saber, apresentar algumas das muitas razões que fazem do Brasil um país com forte cultura de corrupção, faremos uso da obra *O que faz o Brasil, Brasil?* do sociólogo Roberto DaMatta (1984). Essa obra é uma referência importante dentre os que já se dedicaram a entender as raízes da cultura de corrupção arraigada no imaginário social brasileiro. A fim de desenvolvermos a segunda etapa de nosso estudo, onde tentaremos mostrar caminhos possíveis de revertermos esse quadro cultural a partir da educação, faremos uso dos princípios da *ética do dever* de Immanuel Kant, horizonte filosófico a que recorreremos a partir de Reale e Antiseri (2005).

## **Resultados e Discussão**

Para a sociologia, existem duas fases quando se trata do desenvolvimento do ser humano em uma sociedade: a primeira fase está diretamente relacionada à convivência com a instituição familiar, onde entramos em contato com a moral, ou seja, nos habituamos às regras da casa e do meio familiar para convivermos; enquanto a segunda se inicia quando deixamos de conviver apenas com esta e passamos a conhecer outras instituições – como a escola, por exemplo – e grupos sociais

que irão nos fazer entrar em contato com a coletividade, apresentando outras normas e valores, que podem ser pouco ou muito diferentes dos que nos foram ensinados anteriormente.

Como seres humanos socializados de maneiras diferentes, cada um possui sua identidade social, ou seja, existe uma série de atributos que diferenciam um indivíduo dos demais, fazendo com que cada pessoa possua um modo de viver e de fazer as coisas. É a partir do espaço indeterminado entre o que é e o que não é obrigatório que surgem as diferenças, os “jeitos”, e é fato que o Brasil, como nação diversificada e não padronizada em diversos âmbitos, possui um “jeito” que caracteriza o povo que nela vive (DAMATTA, 1984, p. 15).

O famoso “jeitinho” brasileiro está presente em inúmeras e diversas ações cotidianas, principalmente quando se trata de burlar leis ou cumprir uma ordem considerada impossível. A chamada “malandragem” é tão natural em nosso cotidiano que é comum a prática sem discernimento e é a partir deste ponto que se torna perceptível a existência de uma cultura onde a corrupção é presente e naturalizada. É comum, também, tal prática objetivar tornar a resolução de um problema mais rápida e efetiva e isso apresenta uma relação direta a uma hierarquia existente, onde há uma reafirmação de autoridade do indivíduo que pratica a ação, ou seja, possuir maior autoridade torna-se sinônimo de possuir mais privilégios.

Considerando que tais ações são presentes e muitas vezes tratadas com naturalidade na sociedade brasileira, é possível afirmar que elas dão abertura para a corrupção burocrática e para uma maior desconfiança no poder público. Diante de uma sociedade diversa e hierarquizada, é perceptível que, uma vez consideradas comuns, torna-se difícil a desnaturalização de ações que possibilitam a procedência social a partir da desonestidade.

De acordo com a ética kantiana – a ética do dever –, a moral está relacionada a uma máxima que visa o bem comum: é algo que transcende a individualidade, o agir apenas para si mesmo. Agir moralmente não significaria agir obrigatoriamente, e sim agir de forma que os interesses coletivos sejam priorizados. Desse modo, para Kant, qualquer ação que seja realizada por algum princípio que não seja o dever, isto é, não possua a intenção da boa vontade para com o meio, é considerada moralmente incorreta (REALE; ANTISERI, 2005, p. 901-902).

Tratando a moral como algo diretamente relacionado a um dever que não se relaciona com a obrigatoriedade, e sim, como algo visto como necessidade e como base de qualquer ação, podemos, então, relacionar o pensamento de Kant às diferentes formas de corrupção existentes na sociedade brasileira, se considerarmos que, a corrupção, em si, definida como um conjunto de ações desonestas que visam atingir interesses individuais, necessita, para a sua realização, colocá-los

acima dos interesses coletivos, contrariando totalmente os princípios da ética do dever (REALE; ANTISERI, 2005, p. 905-906).

Porém, como é possível utilizar a educação como base para a desconstrução de uma cultura onde a corrupção é comum? Enquanto DaMatta discute sobre como tais ações se naturalizaram dentro da sociedade brasileira, Kant trata a moralidade como algo que faz parte do processo de socialização dos indivíduos, no qual a moral possui um dever comum que objetiva o bem-estar do corpo social. Para ele, a convivência em uma sociedade igualitária não permite haver espaço para os interesses individuais estarem acima dos interesses da coletividade.

## Conclusões

À guisa de conclusão, a partir da análise dos estudos dos autores, é possível afirmar que há certa dificuldade em procurar solucionar um problema que, apesar de grave, é tratado como natural. Como a educação é um instrumento social de aculturação dos indivíduos (ou seja, de inculcação de práticas de comportamento correspondentes com o padrão de “agir correto” socialmente estabelecido), através dela podemos mudar esse quadro de corrupção. Pela educação se faz possível desnaturalizar os discursos de que “o Brasil não tem mais jeito”, ou de que “o brasileiro deve se acostumar com o ‘jeitinho’ e, se possível, aprender a usá-lo”. Esses imperativos não são mais fortes do que qualquer esforço educacional. Em outras palavras, torna-se possível constatar que, como mecanismo social de aculturação dos indivíduos, a educação pode ser utilizada como chave para a mudança no panorama da cultura de corrupção a qual estamos habituados e, seguindo tal perspectiva, deixa de aparentar ser impossível encontrar uma solução para a problemática apresentada. Contudo, faz-se preciso eleger razões pedagógicas para fundar práticas educativas com tal alcance. Por isso, aqui dispusemos a perspectiva kantiana da ética do dever.

À luz dos elementos críticos oferecidos por DaMatta e de acordo com a filosofia moral de Kant, defendemos que projetos educacionais que objetivem a melhoria do cenário atual só possuirão efetividade se os indivíduos – como sujeitos inseridos em uma sociedade – forem orientados a agir de forma correta por possuírem discernimento suficiente sobre o significado de suas ações, independentemente da vigilância punitiva da lei. Em outras palavras, a ética kantiana nos deixa – como sugestão – um sugestivo lastro: devemos orientar a formação de sujeitos (neste caso, os brasileiros) que aprendam a agir de modo correto (ético) independentemente da vigilância punitiva do Estado (ou de qualquer instância social). Para isso, os sujeitos precisam ser suscitados a aprender

a(s) razão(ões) prática(s) do agir, de modo que suas ações sociais possam passar a se pautar por convicção ética e não por “malandragem”, já que muitos só não fazem uso do expediente da corrupção – em algum momento ou em todo instante de suas vidas – porque ou não sabem como burlar a lei ou porque, sabendo fazê-lo, temem a punição associada ao ato ilegal.

Obviamente, a construção de uma educação baseada nos imperativos da ética kantiana (REALE; ANTISERI, 2005, p. 907) com os fins que aqui sugerimos (ou de outra qualquer que ataque as bases da cultura de corrupção) não se satisfaz tão somente com o apontamento de referenciais filosóficos. Projetos educacionais com tal amplitude de transformação normalmente demandam muito esforço político e econômico. Contudo, sem ideários que alicerces as intervenções pedagógicas derivadas desses projetos, mesmo que muito esforço político e econômico seja mobilizado, pouco se conseguirá alcançar. Por isso reiteramos a relevância dos pressupostos teóricos supracitados, reafirmando que – como boas sugestões para desnaturalizar a cultura do “jeitinho brasileiro” – eles oferecem muitos contributos a qualquer projeto educacional que venha a compartilhar das mesmas preocupações e expectativas que aqui revelamos ter.

## Referências

A FILOSOFIA MORAL EM KANT. Disponível em: <<http://filomoniz.blogs.sapo.pt/14052.html>>.

Acesso em: 07 de set. 2017.

A MORAL DO DEVER EM KANT. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-moral-dever-kant.htm>>. Acesso em: 07 de set. 2017.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984. 126 p.

O PENSAMENTO ÉTICO DE KANT. Disponível em: <<http://blogdefilosofiadowolgrand.blogspot.com.br/2011/05/o-pensamento-etico-de-kant-ou-etica-do.html>>. Acesso em: 06 de set. 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia:** do humanismo a Kant. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Filosofia). p. 901-907.